

A INFLUÊNCIA DO PRONAF NA ECONOMIA REGIONAL E NA GERAÇÃO DE RENDA EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS

THE PRONAF INFLUENCE ON THE REGIONAL ECONOMY AND INCOME GENERATION IN SMALL RURAL PROPERTIES

Marco Antonio da Costa Malheiros

Instituto Federal Farroupilha – IFF – Câmpus Santa Rosa – RS, Brasil, marco.malheiros@iffarroupilha.edu.br

Cláudio Edilberto Höfler

Instituto Federal Farroupilha – IFF – Câmpus Santa Rosa – RS, Brasil, claudio.hofler@iffarroupilha.edu.br

Bruno Rafael Pivotto

Instituto Federal Farroupilha – IFF – Câmpus Santa Rosa – RS, Brasil, brunopivotto66@gmail.com

Bruna Gabriela Warmbier

Instituto Federal Farroupilha – IFF – Câmpus Santa Rosa – RS, Brasil, bruna.warmbier@hotmail.com

Resumo

Este trabalho teve por pretensão realizar análises da tomada de créditos por parte dos agricultores no município de Tuparendi/RS relacionando e medindo a influência do PRONAF sobre a geração de riqueza no agronegócio local e a evolução do PIB municipal e agropecuário. Para este estudo buscou-se informações sobre os montantes de recursos destinados aos agricultores através do programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, o qual se destina a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimentos rurais. O desenvolvimento desse estudo é de caráter exploratório e qualitativo, sendo extraídas informações de um universo de 3058 produtores, somente daqueles que fizeram uso dos recursos do PRONAF, durante os anos de 2009 até 2014, direcionado para o uso em agropecuária. A confecção dos dados, a partir dos resultados levantados na pesquisa, tem importante participação para uma análise científica, pois permite a extração de informações que antes poderiam ser difíceis de interpretar, uma vez que, distribuídos de forma gráfica, permitem a interpretação eficaz. Com relação ao número total de contratos, houve uma estabilidade de 2011 para 2012, ano da grande seca, já os contratos específicos para a pecuária, recuaram 25,57% de um ano para o outro, no ano de 2013 apresenta-se novamente ascensão, em números totais e específicos, indicando novos ciclos no setor pecuário.

Palavras-chave: Pronaf, pecuária, agronegócio.

Abstract

This work was pretense perform analysis of the loan taken by farmers in the municipality of Tuparendi/RS relating and measuring the influence of PRONAF sore generating wealth at the local agribusiness and the evolution of municipal and agricultural PIB. For this study we sought information about the features of amounts allocated to farmers through the National Family Agriculture Empowerment Program - Pronaf, which is intended to stimulate income generation and improve the use of family labor, through the financing activities and agricultural and non-agricultural rural services developed in rural establishments. The development of this study is exploratory and qualitative, with information extracted from a universe of 3058 producers, only those who have made use of PRONAF resources during the years 2009 through 2014, targeted for use in agriculture. The preparation of the data, from the data collected in the survey, plays an important role for scientific analysis as it allows the extraction of information that previously could be difficult to interpret, since spread

graphically, allow effective interpretation. Regarding the total number of contracts, there was a 2011 stability for 2012, the year of drought, as the specific contracts for livestock, fell 25.57% from one year to the next, in 2013 presents itself again rise in total and specific numbers, indicating new cycles in the livestock sector.

Key-words: Pronaf, livestock, agribusiness.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura regional vem apresentando, dentro do contexto das mudanças, um amplo processo de transformações, devido à estrutura fundiária da maioria dos municípios serem caracterizados por pequenas propriedades familiares. Estas mudanças concentram-se no campo da organização da agricultura familiar, na construção de novas concepções, novas formas de trabalho, novos valores culturais, bem como novas maneiras de organização da produção e da agregação da renda.

Devido a estes fatores os agricultores se encontram em um nível de dependência cada vez maior, em se considerando as estruturas e os modos de produção impostas pelo processo produtivo em andamento na região. A produção especializada não lhe permite mais uma agricultura de subsistência. Toda a produção agrícola tem como objetivo final a geração de mercadorias, requisitadas e estimuladas pela política dos preços. A produção especializada requer um maior emprego de tecnologias, o que coloca o produtor cada vez mais diante de uma dependência dos órgãos financeiros. A estrutura de sua propriedade não permite o aprimoramento técnico, sendo necessário, portanto, que recorram a empréstimos e financiamentos para poder acompanhar o fluxo da capitalização da sua propriedade.

Para que haja a permanência e a sustentabilidade das propriedades, especialmente as enquadradas dentro da concepção da agricultura familiar, necessita-se adotar novos conceitos em termos de produção, principalmente no aumento da agregação de valores nos seus processos produtivos.

Esta dinâmica é resultante deste novo momento e deriva de alguns fatores básicos. A complexidade de análise do setor agropecuário, que requer a discussão em torno de alternativas concretas para o meio rural. A ausência de alternativas viáveis capazes de justificar a permanência das pessoas no meio rural, fator que tem levado muitos a buscar novas formas de vida nas cidades. E um terceiro fator, que tem se sustentado a partir de programas de financiamentos dirigidos ao setor.

Percebe-se que o espaço agrícola da região não oferece ao homem local com condições suficientes para conduzir o processo produtivo, uma vez que os escassos recursos e as reduzidas dimensões de sua propriedade não lhe deixam margem para novas experiências de produção. A sua dependência, resultante dos empréstimos e financiamentos, o leva a produzir aquele produto que tem maior valor de mercado, devido ao compromisso de saldar as dívidas.

Resultante do ciclo da soja e do trigo, desenvolveu-se na região um segmento industrial da maior importância, o de agroindústrias voltadas ao leite, carnes e beneficiamento de cereais, entre outros.

Este trabalho visa realizar análises da tomada de créditos por parte dos agricultores no município de Tuparendi/RS. Para este estudo buscou-se informações sobre os montantes de recursos destinados aos agricultores através do programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, o qual destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimentos rurais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR PRONAF

O surgimento da linha de financiamentos Pronaf foi um marco da intervenção do Estado na agricultura brasileira, pois representa a incorporação efetiva dos agricultores familiares às políticas agrícolas para o meio rural.

[...] essa linha do Pronaf foi criada em 1996, pelo Decreto Presidencial nº1946 de 28 de julho. Nesse ano, ela foi implementada em 389 municípios do Brasil, contando basicamente com a ajuda das organizações de agricultores familiares, Conselhos e Secretarias executivas estaduais do Pronaf. O principal problema dessa primeira fase é que não tinham sido definidos os critérios de seleção dos municípios a serem beneficiados e tão pouco uma metodologia de trabalho, (SCHNEIDER *et al.*, 2004).

O Pronaf destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas, (BACEN, 2015). Nesta mesma perspectiva, no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2015), ressalva:

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.

O Pronaf Investimento é o apoio financeiro a atividades agropecuárias ou não agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização de uma estrutura de produção, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos, tem por objetivo promover aumento de produção, produtividade e redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural, (BNDES, 2015).

Schwantes (2011) destaca que para acessar recursos financeiros, o agricultor deve atender aos requisitos para emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP. Este documento é emitido por organizações credenciadas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA. O autor ainda destaca que a normatização do crédito rural está baseada no Manual de Crédito Rural – MCR, onde estão contidas todas as regras e critérios previamente descritos que estabelecem as condições de acesso aos recursos do Programa, delimitando o público alvo, as linhas de crédito para custeio e investimento, a que produtos ou serviços se destinam, os prazos de reembolso, os encargos financeiros, as fontes de recursos financeiros, seguros da produção agrícola e seguros para financiamentos de investimentos.

Para concessão de créditos devem ser observadas as condições especiais para a utilização do PRONAF, tais como a faculdade da assistência técnica para financiamentos de custeio ou investimentos, julgando a instituição financeira quando necessário (MCR, 2015).

2.2 FINALIDADE DE CUSTEIO

Os créditos de custeio podem ser destinados para investimento ou integralização de cotas-partes pelos beneficiários nas cooperativas de produção agropecuária a fim de financiar as atividades com o Manual do Crédito Rural, (MCR, 2015):

[...] atividades agropecuárias e não agropecuárias, de beneficiamento ou de industrialização da produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf, de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento. Investindo em atividades agropecuárias ou não-agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. Os créditos individuais, independentemente da classificação dos beneficiários a que se destinam, devem objetivar, sempre que possível, o desenvolvimento do estabelecimento rural como um todo (MCR, Capítulo 10, seção 3. 2015)

As taxas de juros para créditos de custeio, investimento e pecuário, sujeitam-se às operações contratadas a partir de 1º de julho de 2015 nas seguintes condições, a cada safra, taxa efetiva de juros de 2,5% a.a. para contratos até R\$ 10.000,00; 4,5% a.a. para operações de créditos entre R\$ 10.000,00 a R\$ 30.000,00 e taxa de 5,5% a.a. para valores de R\$ 30.000,00 a R\$ 100.000,00, (MCR, capítulo 10, seção 4, item 2, 2015).

Para tanto, “os beneficiários do Pronaf podem ter acesso a mais de uma operação de custeio em cada ano agrícola compreendido no período de 1º de julho a 30 de junho do ano subsequente, desde que seja observado o limite por mutuário.” (Res 4.107; Res 4.228 art 3º), (MCR, Capítulo 10, seção 4, Item 4. 2015).

Os **créditos de custeio** ficam disponíveis quando os recursos se destinam a cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos, da compra de insumos à fase de colheita. Já os **créditos de investimento** são aplicados em bens ou serviços duráveis, cujos benefícios repercutem durante muitos anos. Por fim, os **créditos de comercialização** asseguram ao produtor rural e a suas cooperativas os recursos necessários à adoção de mecanismos que garantam o abastecimento e levem o armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2015).

Crédito rural, ou custeio agrícola, é definido no site do Bradesco como sendo:

Destinado ao financiamento de bens e serviços relacionados à agricultura. Sua principal finalidade é cobrir despesas das lavouras temporárias ou permanentes em produção, financiando desde a mão-de-obra, o preparo da terra, as sementes, os adubos, a manutenção, até a colheita. (BRADESCO, 2015)

Os custeios agropecuários podem ser divididos em duas formas de liberação de crédito, que são em forma de investimento e custeio. O custeio é uma linha de crédito que possui taxas diferenciadas, apresentando como finalidade quando destinadas a atividades agrícolas para aquisição de insumos, sementes e fertilizantes, tratos culturais e colheita. Quando se refere ao pecuário é destinado para cobrir despesas normais dos ciclos produtivos, vacinas, medicamentos, ração, suplementos. (CAIXA, 2015)

2.3 AGRONEGÓCIO

O agronegócio é caracterizado por um conjunto de empresas que produzem insumos agrícolas, propriedades rurais, empresas de processamento e distribuição, (CALLADO 2006). Conforme artigo da Globo Ecologia (2013), “agronegócio pode ser definido como um conjunto de atividades que, associadas, garantem a produção, transformação, distribuição e consumo de produtos originários da agropecuária”.

De acordo com John Davis (*apud* Oliveira, 2010), criando o conceito de agronegócio, conhecido primeiramente como agribusiness:

Agribusiness era a soma total de todas as operações envolvendo a produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção dentro

da fazenda; o armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e dos itens produzidos a partir deles.

Ainda segundo o artigo da Globo Ecologia (2013), para José Garcia Gasques, coordenador de Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura salienta:

Toda cadeia produtiva da agropecuária, desde o fornecimento dos insumos até a chegada dos produtos à mesa do consumidor pode ser englobada dentro do agronegócio. "É um conceito que não tem distinção do tamanho das atividades. O agronegócio envolve tanto empresas de pequeno quanto de grande porte", comenta Gasques. Ele explica que, desde criações caseiras de frango, por exemplo, até grandes criadouros entram na conta do agronegócio.

Neste sentido, Pizzolati (2015), agrega que o termo agribusiness engloba todas as atividades econômicas envolvidas com a produção, estocagem, transformação, distribuição e comercialização de alimentos, fibras industriais, biomassa, fertilizantes e defensivos.

Conforme informações do site do Palácio do Planalto Presidência da República (2015), créditos de custeio são aqueles disponíveis para cobrir os custos dos períodos produtivos, desde a compra de insumos até a colheita. No entanto os créditos de investimento são aplicados em bens ou serviços duráveis, com benefícios refletindo por anos. Os créditos de comercialização asseguram ao produtor rural e às cooperativas recursos necessários à adoção de mecanismos que garantam o fornecimento e armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços.

O agronegócio e o conjunto das atividades econômicas ligadas à agropecuária, desde a produção, a industrialização até a comercialização dos produtos este representa um grande campo de trabalho no país, por apresentar grandes extensões de terras cultiváveis, solos férteis e disponibilidade de água, o Brasil, quanto aos produtos agrícolas e pecuários se destaca como um dos maiores exportadores do mundo, (Guia do estudante).

2.4 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

De acordo com o Ministério da Fazenda (2015), o PIB representa a soma dos bens e serviços que foram produzidos em um país durante um determinado período de tempo na agropecuária, indústria e serviços. A pesquisa Contas Nacionais Trimestrais do IBGE (2015) calcula a variação de todos os elementos utilizados na mensuração do PIB como o consumo das famílias e do governo, os investimentos e a produção da indústria, importação e exportação de bens e serviços entre outros, possibilitando assim o cálculo das taxas de variação do PIB em relação ao trimestre e ao ano anterior, bem como as variações acumuladas em 12 meses.

O PIB apresenta como objetivo medir a atividade econômica e o nível de riqueza da região. Quanto mais se produz, mais se está consumindo, investindo e vendendo (MF, 2015). De acordo com os dados do PIB e do saldo da balança comercial, o agronegócio é caracterizado como uma das principais atividades econômicas do Brasil e nos últimos anos tem favorecido o avanço da economia brasileira em nível mundial, colocando o Brasil como um dos maiores produtores e exportadores do mundo, em especial na produção e exportação de alimentos. (NOVAES, et al., 2010).

O setor do agronegócio representa cerca de 22% do PIB brasileiro, isso significa que é a soma de todas as riquezas produzidas no país, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, da USP, (GLOBO ECOLOGIA, 2015).

O PIB do agronegócio familiar resulta da soma de quatro agregados principais: insumos, agropecuária, indústria e distribuição. O método envolve a idéia [sic] de se considerar, além da agropecuária propriamente dita, as atividades que alimentam e são alimentadas pela produção rural, considerando a interdependência

existente entre as atividades de produção. (GUILHOTO, SILVEIRA, ICHIHARA, AZZONI, 2006)

Para calcular o PIB é baseado na distribuição do valor agregado bruto (VAB), a preços básicos, em valores correntes das atividades econômicas.

A produção expandida é estimada a partir dos componentes do valor adicionado bruto (VAB), ou seja, pelo somatório dos salários, contribuições sociais, e rendimentos dos empregadores e dos trabalhadores por conta própria. O acréscimo de produção incorporado ao sistema é calculado com base em um coeficiente técnico de produção, que, dependendo da atividade, é oriundo da pesquisa de Economia Informal Urbana (Ecinf), ou das pesquisas econômicas do IBGE ou ainda, da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), (IBGE, 2008, p.2).

O VAB mede o produto gerado pela economia e a capacidade das empresas de gerarem riquezas.

2.5 AGROPECUÁRIA

O Estado do Rio Grande do Sul conta com uma série de fatores que contribuem para o desenvolvimento desta região possuindo assim uma alta produtividade agropecuária, dentre elas os solos são férteis e as chuvas regulares durante o ano, mas, “além das contribuições naturais para alcançar uma boa produção, outros elementos são fundamentais para o desenvolvimento de uma agropecuária de precisão”, (FREITAS 2015).

Ao serem observados os fatores que contribuem para o desenvolvimento agrário, Freitas (2015) enfatiza que:

O processo de mecanização e modernização do campo contribuiu para a profissionalização das atividades rurais preocupada cada vez mais com os índices de produtividade, que automaticamente leva ao lucro. A Região Sul, através dessas evoluções, ocupa um lugar de destaque na produção agropecuária, abastecendo dessa forma o mercado interno e externo em diferentes tipos de produtos rurais (FREITAS 2015).

A comercialização dos produtos agropecuários deve se eficiente dentro do modelo econômico de desenvolvimento. Para Mendes e Junior (2007), a comercialização é considerada como o mecanismo mais eficiente de desenvolvimento econômico, sendo um processo pelo qual a renda ou o Produto Interno Bruto – PIB, per capita aumenta durante um determinado período, em razão dos ganhos da produção agropecuária. Batalha et. al. (2009), contribuí afirmando que a comercialização é tida como a venda de um produto específico, entendendo o conceito de comercialização de modo a incorporar a transmissão do produto através da cadeia do processo produtivo.

2.6 AGROPECUÁRIA REGIONAL

Segundo SCHWANTES (2011) a Região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul em relação ao percentual de estabelecimentos e da área de localização dos mesmos está classificada como agricultura familiar ou agricultura não familiar, neste sentido a agricultura familiar possui 93,3% dos estabelecimentos que ocupam cerca de 83,1% da área total. Já os estabelecimentos não agropecuários apresentam 6,7% dos empreendimentos, ocupando uma área de 16,9% da área total da região.

Nesta região estão presentes vinte municípios, são eles: Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera

Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi, (SCHWANTES, 2011).

O município de Tuparendi tem sua economia voltada para a agricultura e a pecuária, sendo que a primeira ocupa a maior parte das terras agricultáveis com predomínio de propriedades familiares, e que apresenta, em sua maioria, não estarem ligadas somente ao cultivo de grão, mas a produção pecuária, que vem contribuindo com grande parte da receita do município (PM TUPARENDI, 2015).

Conforme a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – FETAG, (2015) as políticas públicas, como é o caso do Pronaf, ajudam no desenvolvimento de pequenas e médias propriedades rurais, por possuir uma linha de financiamento com a menor taxa de juros do mercado favorecendo todos os agricultores enquadrados nesta linha desfrutem de recursos financeiros para suprir suas necessidades tanto para a agricultura como a pecuária.

A linha Pronaf tem muita importância para municípios que tem sua economia voltada ao agronegócio regional e principalmente local, pois para que os impostos girem dentro do município precisam ser comercializados dentro dele, desta forma a maior parte dos grandes produtores tem sua produção de grãos destinados a grandes centros de comercialização, normalmente fora dos pequenos municípios. Porém a agropecuária tem seus maiores volumes de compra e venda realizados dentro das próprias comunidades gerando assim impostos que contribuem diretamente para o desenvolvimento local.

Dentro da produção agropecuária municipal, destaca-se a produção de leite *in natura*, oportunizando a subsistência de inúmeras famílias produtoras. O sistema agroindustrial do leite tem forte poder apelativo para a informalidade, trazendo como consequência problemas de ordem econômica e social (ZUIN e QUEIROZ, 2006). Contudo, cabe ressaltar que o Brasil manteve-se entre os dez maiores produtores nos últimos anos e pode-se atribuir às políticas de crédito agrícola como propulsoras do setor, especialmente o PRONAF, voltado, principalmente, aos pequenos produtores.

Segundo Mendes e Junior (2007), quando ocorre o desenvolvimento econômico, diversas mudanças resultam no aumento da importância da comercialização, refletindo na especialização da mão de obra, aplicação de novas tecnologias visando o aumento da produção. Outros fatores também podem ser atribuídos quando a produção tem uma curva crescente, principalmente a redução do êxodo rural, pois quando existe geração de renda no campo, a fixação do produtor tende a aumentar, contribuindo para o crescimento dos municípios.

3 METODOLOGIA

O desenvolvimento desse estudo é de caráter exploratório e qualitativo, sendo realizado no município de Tuparendi-RS, abrangendo o universo dos produtores rurais locais. A escolha deste município deve-se ao fato da sua grande representatividade na produção pecuária da Região Fronteira Noroeste, além de ser um dos pequenos municípios que mais lançaram mão de captação financeira através do Pronaf.

De um universo de 3058 produtores rurais, foram extraídas as informações somente daqueles que fizeram uso dos recursos do Pronaf, durante os anos de 2009 até 2014, especificamente para o uso em pecuária.

Para a coleta dos dados foram utilizados dados primários, secundários e pesquisas bibliográficas. Os dados secundários foram buscados no banco de dados do BCB – Banco Central do Brasil, FEE – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que detêm as informações relacionadas aos contratos financeiros e à produção de riqueza dos municípios.

Para a coleta dos dados primários foram selecionados 20 agricultores, visando absorver as reais necessidades de uma captação de recursos através de programas específicos. Essas informações também foram úteis para subsidiar a interpretação dos resultados, possibilitando a percepção da utilidade do financiamento e de que forma o valor permitirá o aumento na produção e o conseqüente aumento das receitas financeiras e contribuição para a geração do PIB municipal.

Após coletados os dados, os mesmos foram tratados e estruturados permitindo interpretações de forma quantitativa e qualitativa. A estruturação dos resultados apurados foi dividida em PRONAF AGROPECUÁRIA e PRONAF TOTAL, fazendo uma relação entre os contratos específicos e os contratos totais liberados no município, em termos de valores monetários e quantidade de contratos.

A análise das informações obtidas segue o método qualitativo, pelo fato de caracterizar-se desta forma na medida em que inclui um conjunto de técnicas interpretativas, através das informações colhidas em pesquisa, na busca de decodificar, traduzir ou aprender o significado de certos fenômenos no mundo social, e são geralmente usadas nos estágios de coleta e análise de dados de um projeto de pesquisa (COOPER e SCHINDLER, 2011).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

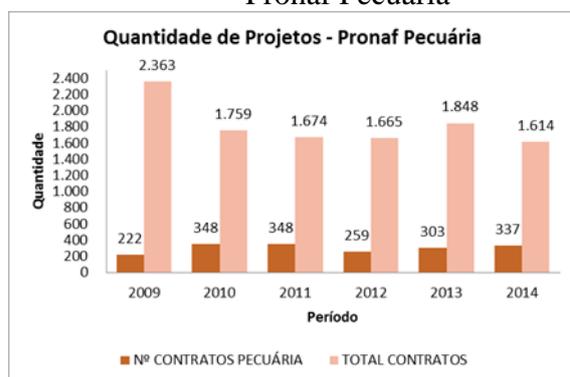
A confecção dos dados, a partir dos resultados levantados na pesquisa, tem importante participação para uma análise científica, pois permite a extração de informações que antes poderiam ser difíceis de interpretar, uma vez que, distribuídos de forma gráfica, permitem a interpretação eficaz. Para melhor visualização, as análises foram divididas em Pronaf Pecuária e Pronaf Investimento.

Observando todos os gráficos, percebe-se a queda em números de contratos e valores no ano de 2012. O reflexo dessa queda está atrelado à grande estiagem sofrida pelo Estado nesse ano, cuja seca foi a pior nos últimos 60 anos (CEMET-RS, 2015). O impacto é direto no setor pecuário, retraindo o mercado em 2012, mas reestabelecendo sua cadeia já a partir do ano de 2013.

O gráfico 1 traz a perspectiva do montante de contratos direcionados para a pecuária do município. Com relação ao número total de contratos, houve uma estabilidade de 2011 para 2012, ano da grande seca, já os contratos específicos para a pecuária, recuaram 25,57% de um ano para o outro. Em 2013 a curva novamente é ascendente, em números totais e específicos, indicando novos ciclos no setor pecuário. Outro fato interessante é que em 2014 houve queda no número de contratos totais de Pronaf, mas no que diz respeito aos da pecuária, teve incremento de 11,22% reestabelecendo o ciclo de crescimento e confiança na cadeia pecuária.

Para se ter ideia do volume financeiro dos valores envolvidos com contratos de Pronaf no município, o gráfico 2 apresenta o comportamento das liberações. Nota-se perfeitamente a queda em 2012 e a retomada no ano de 2013, que, apesar de ter tido um menor número de contratos, com relação ao ano de 2009, teve a maior movimentação financeira de todo o período analisado. No ano de 2014 houve redução no total liberado, mas, em contra-partida, houve crescimento dos valores específico para a pecuária, a partir de 2013, sendo 43,05% superior à 2012. Já em 2014, os valores foram 19,01% maiores com relação ao ano de 2013, confirmando a confiança dos produtores em fortalecer a cadeia.

Gráfico 1: Quantidade de Projetos Pronaf Pecuária



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Gráfico 2: Valor dos Contratos Pronaf Pecuária



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Outro dado relevante extraído da pesquisa, são os valores médios dos contratos de Pronaf, apresentados no gráfico 3, tanto dos projetos totais, quanto da pecuária. Observa-se que, nos anos de 2009, 2010 e 2011 os valores médios liberados, especificamente para a pecuária, são superiores às médias dos projetos totais, o que mostra a forte captação para a pecuária, concentrada em poucos projetos, ou seja, havia uma concentração maior em número de produtores. No ano de 2012 a queda foi equitativa entre projetos totais e projetos para a pecuária, resultado da estiagem.

A partir de 2012, os valores médios por projeto apresentaram-se abaixo da média total, contrastando-se com o número de projetos para a pecuária, que apresentou um aumento, conforme demonstrado em análise anterior. O indicativo da redução do valor médio, aliado ao aumento do número de projetos para a pecuária, significa que houve uma abrangência maior de produtores, nos anos de 2012, 2013 e 2014, permitindo que cada um buscasse o benefício do Pronaf para direcionar nas suas propriedades rurais, obtendo relevante retorno para a geração de divisas.

Gráfico 3: Valor Médio dos Contratos – Pronaf Pecuária



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Para estabelecer um melhor entendimento do comportamento e da relação dos contratos de PRONAF com o setor pecuário, foram estabelecidos os valores com a evolução do PIB municipal, que e do Valor Agregado Bruto – VAB da agropecuária. Face ao fato de ainda não estar oficialmente divulgado o valor (em R\$) do PIB e do VAB, adotou-se a aplicação da estimativa de variação percentual divulgada pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul – FEE/RS, apresentado na tabela 1.

Tabela 1

SETOR	2012 (1)	2013 (1)	2014 (1)
PIB	-1,45%	6,68%	-0,29%
Agropecuária	-28,08%	40,06%	0,57%

Fonte: FEE/RS (2015).

Passando à análise do Valor Adicionado Bruto da agropecuária municipal de Tuparendi/RS, observa-se a evolução crescente entre os anos de 2009 e 2011 e uma queda brusca de, aproximadamente, 18% em 2012, fruto da estiagem. O cenário apresentado em 2013 teve um crescimento extraordinário, essencialmente porque no ano anterior o setor estava com baixa produtividade e, com a ajuda do clima, a agropecuária catapultou-se novamente em um setor econômico com alta representação no PIB. Observando-se novamente o gráfico 3, em 2013 o valor médio liberado de contratos elevou-se em 22,27%, com relação ao ano de 2012.

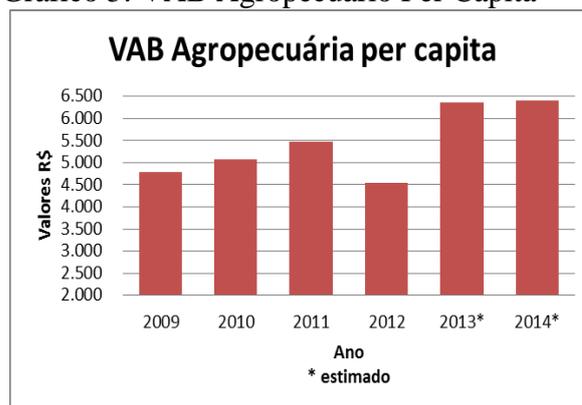
Assim, é natural perceber que a aplicação dos recursos do PRONAF contribui diretamente com o VAB agropecuária. Acompanhando a ascensão do valor adicionado bruto, o gráfico 5 apresenta a série na forma per capita, indicando que o retorno de um investimento consciente tem reflexo no desenvolvimento regional, pois a população se beneficia dessa riqueza através dos investimentos municipais.

Gráfico 4: VAB Agropecuário



Fonte: Dados da pesquisa 2015

Gráfico 5: VAB Agropecuário Per Capita

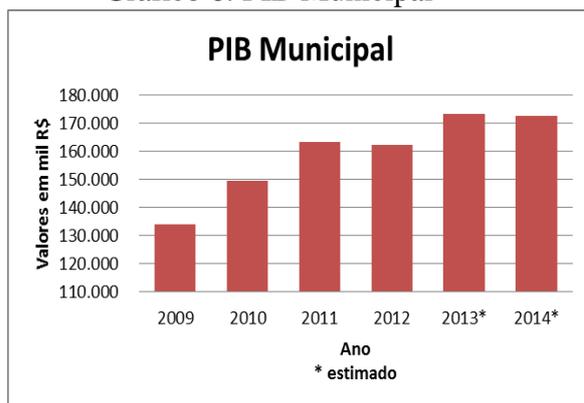


Fonte: Dados da pesquisa 2015.

O gráfico 6 traz a informação do PIB municipal, sendo fácil perceber o forte crescimento a partir de 2009, que refletiu num crescimento de 11,45% em 2010, com relação ao ano anterior e um crescimento de 9,35% em 2011, com relação ao ano de 2010. Observando o gráfico 4, do VAB agropecuária, observa-se uma estabilidade em 2009 e 2010 e um leve crescimento em 2011, o que indica que outro segmento teve forte influência no resultado do PIB, somado à agropecuária. No ano de 2012, período da seca, de acordo com o gráfico 5, o PIB recuou apenas 0,55%, enquanto o VAB agropecuária retrocedeu 17,66%, conforme gráfico 4.

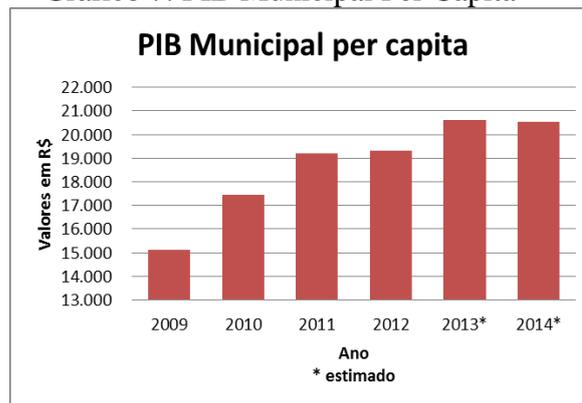
O PIB municipal per capita também acompanhou a evolução do PIB geral, apresentando crescimento, conforme gráfico 7. É conveniente também observar o crescimento, quando analisado os extremos, comparando o ano de 2009 com a projeção no ano de 2014, cujo crescimento foi de 35,95%, para esse período.

Gráfico 6: PIB Municipal



Fonte: Dados da pesquisa 2015.

Gráfico 7: PIB Municipal Per Capita



Fonte: Dados da pesquisa 2015.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio, conforme os dados apresentados na pesquisa, apresenta índices favoráveis ao PIB e ao VAB agropecuário local, demonstrando sua importância socioeconômica e na distribuição de renda e trabalho. Também ficou demonstrada a importância de se oferecer subsídios financeiros para suprir as necessidades de capital das pequenas propriedades, fortalecendo o desenvolvimento regional.

O Pronaf apresenta-se, desde 1996, como uma das principais formas de pequenos e médios agricultores continuarem com na atividade agrícola. No município de Tuparendi – RS, objeto de estudo, há 3058 produtores rurais, mas vale ressaltar que o número famílias é menor, pois em uma mesma família pode haver mais de uma inscrição estadual.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2015), o município de Tuparendi conta com 1771 declarações de aptidão ao Pronaf, porém, deste total apenas 69% possui esta matrícula ativa.

Ao serem analisados os dados da pesquisa, foi possível observar certa estabilidade quanto aos contratos de Pronaf em determinado período, onde a liberação financeira apresenta-se elevada, recuando no ano de 2012 devido à seca. Nesse sentido, após períodos que afetam fortemente a agropecuária, os produtos de financiamento devem ser fomentados, contribuindo com a recuperação do setor.

A partir de 2012, os valores médios por projeto apresentaram-se abaixo da média total, contrastando-se com o número de projetos para a pecuária, que apresentou um aumento, conforme demonstrado em análise anterior, indicando que, além da necessidade pontual dos produtores, os recursos realmente contribuíram para a geração de riqueza.

O cenário apresentado em 2013 teve um crescimento extraordinário, essencialmente porque no ano anterior o setor estava com baixa produtividade e, com a ajuda do clima, a agropecuária catapultou-se novamente em um setor econômico com alta representação no PIB, sendo natural perceber que a aplicação dos recursos do PRONAF contribui diretamente com o VAB agropecuária. Acompanha-se a ascensão do valor adicionado bruto, apresentada na série per capita, indicando que o retorno de um investimento consciente tem reflexo no desenvolvimento regional, pois a população se beneficia dessa riqueza através dos retornos em investimentos municipais.

Ainda existem obstáculos, que são fatores críticos de sucesso e que servem de alerta aos gestores e legisladores públicos, que devem preocupar-se em solucionar os problemas e garantir que o agronegócio se fortaleça e estabeleça um grau permanente de sustentabilidade.

O agronegócio ainda é (sempre será) um setor capaz de alavancar o desenvolvimento regional, mantendo-se competitivo no cenário mundial, reunindo aspectos relevantes para o sustendo de milhares de famílias. Face a isso, as políticas públicas jamais devem se descuidar

desse setor, garantido que, mesmo diante de fatores climáticos, os recursos sejam mantidos e estimulados para a retomada do crescimento, conforme demonstrado na pesquisa.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Manual de Crédito Rural*. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/>>. Acesso: 06 set 2015.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf*. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.html>>. Acesso em 20 set 2015.

BATALHA, M. O. et al. *Gestão Agroindustrial*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASESCO. *Crédito Rural – Custeio agrícola*. Bradesco Rural. Disponível em: <https://www.bradescorural.com.br/site/conteudo/prodserv/producao_detalhe.aspx?id=0>. Acesso em: 20 set 2015.

CAIXA. *Custeio Pronaf*. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/empresa/credito-financiamento/credito-rural/custeio-pronaf-cooperativas/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 20 set 2015.

CALLADO, Antonio A. Cunha. *Agronegócio*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul. *Desenvolvimento regional: atividade PRONAF*. 2014. Disponível em: <<http://www.fetags.org.br/site/index.php?idp=MjY=>>>. Acesso 05 jul 2015.

FREITAS, Eduardo De. *Produção agropecuária na Região Sul*; Brasil Escola. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/brasil/producao-agropecuaria-na-regiao-sul.htm>>. Acesso em 12 set 2015.

GLOBO ECOLOGIA. *Brasil desempenha papel de destaque no agronegócio mundial: Atividades ligadas à agropecuária correspondem a 22% do PIB do país*. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globoecologia/noticia/2013/06/brasil-desempenha-papel-de-destaque-no-agronegocio-mundial.html>> Acesso em 07 set 2015.

GUILHOTO, Joaquim J. M.; SILVEIRA, Fernando G.; ICHIHARA, Silvio M. and AZZONI, Carlos R. *A importância do agronegócio familiar no Brasil*. Rev. Econ. Sociol. Rural [online]. 2006, vol.44, n.3, pp. 355-382. ISSN 1806-9479. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032006000300002>>. Acesso 07 set 2015

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contas Nacionais Trimestrais*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em 07 set 2015.

_____. *Sistema de Contas Nacionais*, 2008. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas/23_expansao.pdf>. Acesso em 07 set 2015.

MDA – Ministério Desenvolvimento Agrário. Emissão de extrato DAP: *Estatística de DAPs do Município de Tuparendi/RS*. Brasília 2015 Disponível em: <<http://smap14.mda.gov.br/extratopf/PesquisaMunicipio.aspx>>. Acesso em 15 set 2015.

_____. *SAF*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em: 20 set 2015.

MF – Ministério da Fazenda. *PIB*. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/economia/pib>>. Acesso em 07 set 2015.

MENDES, J. T. GRASSI e JUIOR, J. B. P. *Agronegócio: uma abordagem econômica*. São Paulo: Pearson, 2007.

OLIVEIRA, José Adilson de. *O que significa agronegócio?* Sociedade Espiritossantense de Engenheiros Agrônomos (SEEA). 2010. Disponível em: <<http://www.seea.org.br/artigojoseadilson2.php>> Acesso 14 out 2014.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Crédito Rural*. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/credito-rural>>. Acesso em: 20 set 2015.

PIZZOLATI, Ives José. *Agrobusiness*. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/C84FADCED2D0109E03256F0E00788FA6/\\$File/NT0009853A.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/C84FADCED2D0109E03256F0E00788FA6/$File/NT0009853A.pdf)>. Acesso em 20 set 2015.

PM Tuparendi – Prefeitura Municipal de Tuparendi. *Dados Municipais*. Disponível em: <<http://www.tuparendi.rs.gov.br/>>. Acesso em 06 set 2015.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; e MATTEI, Lauro. *Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. In: SCHNEIDER, S.; KUNRATH SILVA, M.; MORUZZI MARQUES, P. E. (Orgs.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre-RS, Editora da UFRGS, 2004, 252p., p. 21-49.

SCHWANTES, Vanderlei Airton. *A Contribuição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na Dinâmica Agrária da Região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*. Rio Grande do Sul. Ijuí, 2011. Disponível em: <<http://www.unijui.edu.br/cursos/mestrado-e-doutorado/desenvolvimento>>. Acesso em: 14 set 2015.

ZUIN, L. F. S. e QUEIROZ, T. R. et al. *Agronegócios: gestão e inovação*. São Paulo: Saraiva, 2006.